Instituições judiciais e combate à corrupção

Agentes judiciais e campo internacional

Anthony Massayoshi Tao*

Introdução

O presente trabalho está inserido no projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Fabiano Engelmann "Instituições judiciais e combate à corrupção: Gênese de uma causa jurídica e política" e pretende, por meio deste, analisar as conexões dos agentes judiciais e com as iniciativas internacionais de anti-corrupção desde anos 2000;

Objetivo

Esta pesquisa tem como objetivo estudar o crescente protagonismo das instituições judiciais brasileiras no combate à corrupção no período pós-democratização do Brasil.

Para tanto, ressaltam-se dois aspectos centrais da análise: primeiro, as instituições como construção das ações políticas dos juristas e, segundo, os mecanismos de recrutamento e também das trajetórias dos agentes para verificar a reprodução do catecismo internacional em âmbito nacional

Trajetória dos agentes

Março de 2017 Jorge Hage Funda Escritório de Advocacia 1991 à 2002 Hage, Navarro, Fonseca, Suzart & Prudêncio; Juiz do TJ-DF;

2006 à 2015

Maio de 2017 Ministro Chefe da

CGU;

Sucessor do CGU, Luiz Navarro torna-se sócio após pedir demissão;

Setembro de 2017

Luiz Navarro 2003 à 2013

Escritório tornou-se consultor da

Corregedor adjunto e Secretário-Geral da

Confederação Nacional das Instituições Financeiras para implementação de programa

CGU; de compliance;

Março de 2017 Luiz Inácio Adams

Exonera do cargo e associa na área de 2009 - 2016 compliance do Tauil & Chequer Ministro da AGU

(associado à banca americana Mayer Brown);

Marcelo Müller

Março de 2017

2004 - 2017Procurador do MPF

Exonera do MPF para associar-se ao Trech, Rossi & Watanabe (associado da banca

americana Baker & McKenzie)

E atua na defesa da JBS na operação Lava-Jato;

Metodologia:

Foram utilizadas técnicas de coleta e análise de material empírico de cunho predominantemente qualitativo, como documentos oficias e dados biográficos públicos disponíveis:

- mapeamento cooperações das internacionais instituições das judiciais;
- 2) Análise da trajetória comparada dos política, representativos casos acadêmica, profissional dos percursos nacionais e internacionais, tanto dos agentes como de circulação entre campo político e campo jurídico.

Cooperações do Judiciário e MPF

Organização das Nações Unidas (ONU)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

International Anti-Corruption Academy (IACA)

Grupo de Açao Financeira da América Latina (GAFILAT)

Rede de Formação de Ministérios Públicos Ibero-americanos (**RECAMPI**)





*Graduando em Ciências Sociais (UFRGS) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Orientador: Prof. Dr. Fabiano Engelmann Contato: anthonymtao@gmail.com